

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

O Bloco de Esquerda tomou conhecimento de que no dia 28 de junho a Wook – livraria online do grupo Porto Editora – leva a cabo uma campanha promocional com 20% de descontos “em todos, mas mesmo todos” os livros, mais a oferta do serviço de envio dos livros para qualquer ponto do território nacional, conforme se pode observar no site.

Segundo o artigo 14.º do Regime do Preço Fixo do Livro, em altura de feira do livro é possível vender publicações com menos de 18 meses, as que são sujeitas a este regime, com um desconto máximo de 20%. Acontece que, neste caso, o desconto supera os 20% uma vez que a oferta do serviço de transporte na venda à distância também constitui um desconto, pelo que o desconto total ultrapassa, imediatamente, o limite legal de 20%. Tratando-se, nestas condições, de uma campanha no abuso da lei.

Estas práticas abusivas, que resultam de uma lei fácil de contornar, mas também de uma fraca fiscalização - tal como o próprio Ministro da Cultura admitiu em audição na Assembleia da República em junho – além de condenarem editoras e livrarias independentes à falência, inflacionam os preços e provocam uma uniformização da oferta literária e cultural.

Sabemos que não é de hoje que os grandes grupos livreiros e as superfícies comerciais com poder de mercado têm vindo a utilizar estratégias concorrenciais hostis. Muitas vezes ao arripio das leis, e através de pressão aos editores, estes grupos conseguem oferecer grandes promoções e descontos, acabando, na verdade, por inflacionar os preços dos livros - uma vez que editoras necessitam de margem que compense os descontos exigidos – deixando os pequenos livreiros numa situação de absoluta desigualdade. Muitas edições esgotam sem sequer chegar às livrarias independentes o que muitas vezes impede estes espaços de serem procurados para aquisição de títulos novos.

A extinção de livrarias independentes agrava a uniformização da oferta literária e cultural, porque são estas que tornam possível que uma série de autores e editoras, que não têm lugar nos grandes grupos livreiros – focados na criação de *best-sellers* -, cheguem aos leitores,

Com um mercado livreiro cada vez mais concentrado nas mãos de poucos, é fundamental uma vigilância apertada destas práticas inimigas de concorrência.

O risco que se corre é tão só o de colocar em causa a diversidade da oferta cultural, nomeadamente da literatura. A diversidade e a acessibilidade do livro, instrumento privilegiado de natureza educativa, propiciador da formação das pessoas, e de liberdade criativa.

Assim, ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Cultura, as seguintes questões:

1. Tem o Governo conhecimento da situação descrita?
2. Considera o Governo que a campanha descrita está de acordo com o previsto no Regime do Preço Fixo do Livro?
3. Considera o Governo que o IGAC tem feito as necessárias inspeções, no âmbito do no Regime do Preço Fixo do Livro?

Palácio de São Bento, 4 de julho de 2018

Deputado(a)s

JORGE CAMPOS(BE)